

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC COM POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE SUPERIOR.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 55/2021 PMN.

OBJETO: "PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE TOLDOS, CALHAS E RUFOS, SUBSTITUIÇÃO DE LONA PARA OS JA EXISTENTES, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REMOÇÃO E LIMPEZA A SEREM REALIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO PERTENCENTES A REDE MUNICIPAL DE NAVEGANTES."

CALHAS LITORAL LTDA ME, inscrita sob o CNPJ Nº 07.413.085/0001-89, sediada na RUA FRANCISCO SCHIMITZ 600, BAIRRO GRAVATÁ, município de NAVEGANTES, Estado de SC, com o CEP 88372-522; e-mail calhaslitoral2019@gmail.com, por meio de sua socia Vania Regina de Souza, contrato social já anexo ao certame, vem, respeitosamente e tempestivamente, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como o próprio edital, apresentar **RECURSO À DECISÃO QUE CLASSIFICOU, HABILITOU E DECLAROU VENCEDORA A EMPRESA LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA ME., requerendo, desde já, caso não reconsiderada a decisão por V.S.^a, que as presentes razões sejam encaminhadas para autoridade hierarquicamente superior**, conforme fatos e fundamentos que seguem:

I – TEMPESTIVIDADE

Cabe, em grau preliminar, destacar que o presente recurso atende os parâmetros temporais estabelecidos nos itens 11.1 e 11.2.3 do edital 55/2021 PMN, bem como o inciso XVIII do art. 4º da lei 10.520/2002 o qual estipulam o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso.

Demonstrada a admissibilidade quanto ao prazo para apresentação, evoluímos para a motivação alicerçada nos fundamentos que seguem.

II – FATOS E FUNDAMENTOS

II.I da menção ao recurso

A recorrente após verificar que houve a classificação e habilitação indevida da então considerada vencedora, LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA ME., mencionou de pronto a intenção de recurso via e-mail, uma vez que via eletrônico no portal BNC, não havia sido liberada a janela de chat para os concorrentes que não estavam em primeiro lugar poderem mencionar intenção de recurso (ferindo inclusive o §2º, art.27 do Decreto 10.024/2019), conforme já explicado via fone e e-mail conforme anexo.

Relembramos que qualquer forma de restrição de direitos, seja por não aceitabilidade de recurso devidamente motivado, ou por habilitação de licitante sem a apresentação de documentos solicitados em edital **é passível de Mandado de Segurança** e que infelizmente poderá prolongar a contratação por parte do município, nos termos da jurisprudência conforme segue:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LICITAÇÃO MUNICIPAL PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DE TRÁFEGO VEICULAR- HABILITAÇÃO DE LICITANTE QUE MOTIVOU IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA [...] ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE NÃO ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS - LIMINAR CONCEDIDA PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO [...] (TJ-SC – AI:20140221353 Blumenau 2014.022135-3, Relator Jaime Ramos, data de julgamento 17/19/2015 - Quarta Câmara de Direito Público)

Certo de que haverá a aceitabilidade do presente recurso com reforma da decisão que habilitou a empresa supracitada, passaremos para o relevante documento pendente de apresentação.

II.II Da falta de apresentação de parecer contábil

Conforme verificado por esta recorrente, **não houve a apresentação de parecer contábil devidamente assinado** no momento de anexação dos documentos de proposta e habilitação da licitante LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA ME, ferindo os dispositivos que irão ser citados e maculando o caráter legal do certame.

Edital 55/2021 PMN

5.PREENCHIMENTO DA PROPOSTA [...]



5.7 Apresentar PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO (Anexo IX) e PLANILHA DE BDI (Anexo X);

□ Parecer do contador responsável pela empresa, comprovando e demonstrando que as informações referentes aos

Ao visualizar a planilha de BDI (que inclusive está bem destacado em amarelo, para não haver esquecimentos) fica claro que junto da mesma deverão ser apresentados dentre outros documentos o parecer contábil devidamente assinado, documento não apresentado e que consequentemente não poderia classificar a licitante.

Caso a Administração entenda que tal parecer assinado não seja considerado necessário, relembramos que em outras licitações outros licitantes foram desclassificados ou inabilitados por motivos semelhantes (não apresentação de documentos destacados em amarelo, exigidos na planilha de BDI, declarações não assinadas) **e que será colocada em risco todas estas decisões anteriores, abrindo precedentes que ferirá o caráter isonômico da licitação.**

II.III Das inconsistências nas planilhas bem como a falta de assinatura

Quanto a este item, ao verificar a planilha de composição de preços, encontramos no item Mão de Obra, serralheiro, calheiro, soldador etc. Todos com salário hora muito maior que os descritos na composição de salários dos colaboradores, **não correspondendo ao mencionado, além da mesma planilha de composição de salários não mencionar a função de cada um nem estar devidamente assinada, nem pela empresa muito menos por contador, fato que por si já deveria ser relevante suficiente para desclassificação da licitante.**

Assim, se houve erro ao preencher o valor salário hora e custo hora, a planilha de composição de preço deve ser desconsiderada e consequentemente o licitante desclassificado.

Desta forma, caso o Ente mantenha como válida a planilha apresentada (o que entendemos difícil de acontecer), seria conveniente anexar parecer contábil da PREFEITURA se responsabilizando no aceite de tal planilha, evitando futuros problemas.

II.IV Da convenção coletiva

Conforme consta na mesma planilha de BDI supracitada, o licitante deverá apresentar a convenção coletiva **da categoria**, conforme segue:

□ Cópia da CCT - Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria;

Entretanto a convenção coletiva apresentada pela vencedora momentânea, corresponde ao comercio varejista, ora, se a convenção coletiva serve justamente para a Administração verificar se o licitante arca com os salários de seus funcionários em obediência a convenção, então o documento apresentado é irregular, pois não consta a classe correspondente ao lote que o licitante se disponibilizou a participar na licitação “calhas”.

Por fim, baseado na súmula 473 do STF, na qual a Administração pode anular ou revogar seus atos quando eivados de vícios ou por conveniência, estamos certos de que será tomada a decisão mais justa.

III DO REQUERIMENTO

Requer:

A aceitação do presente recurso e se for o caso posterior encaminhamento à autoridade competente.

A desclassificação e inabilitação da licitante LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA ME, por:

Não ter apresentado parecer contábil devidamente assinado por contador;

Não ter apresentado planilhas assinadas;

Ter apresentado planilhas e composições de valores conflitantes;



Não ter apresentado Convenção Coletiva De Trabalho da categoria que se disponibilizou a participar na licitação, conforme solicitado em edital, e consequentemente restar prejudicado se a mesma arca corretamente com os salários de seus funcionários.



VANIA REGINA DESOUZA

CPF 737.419.149-91

09/07/2021

Gmail - Intenção de Recurso

1 mensagem

calhaslitoral2019 <calhaslitoral2019@gmail.com>

9 de julho de 2021 17:13

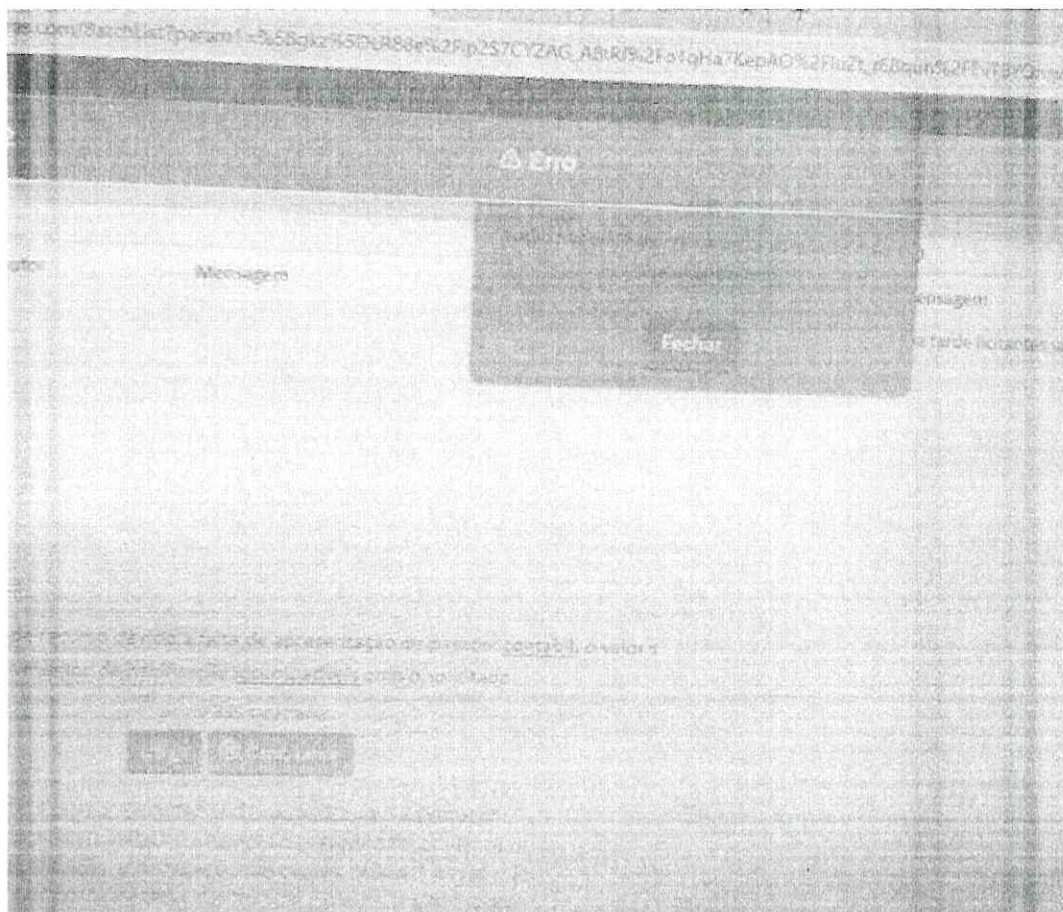
Para: carla.claudino@navegantes.sc.gov.br

Assunto: Intenção de Recurso

Prezada Pregoeira, boa tarde!

Menciono intenção de recurso da Calhas Litoral contra a habilitação da primeira colocada no pregão eletrônico 55/2021 da PMN, devido a falta de parecer contábil, proposta inexequível e documentos de habilitação incompatíveis.

Observação: tentei informar intenção de recurso via sistema online, conforme foto em anexo, mas não funcionou:



Atenciosamente,

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=3cbdd6a270&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1704839459842896434&simpl=msg-f%3A1704839459842896434>
1/2 09/07/2021 Gmail - Intenção de Recurso

VANIA CALHAS LITORAL <https://mail.google.com/mail/u/0?ik=3cbdd6a270&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1704839459842896434&simpl=msg-f%3A1704839459842896434>...2/2